

O Prove: símbolo da agricultura cidadã

João Luis Homem de Carvalho*

Na última terça-feira, dia 09 de fevereiro, esse prestigioso jornal divulgou matéria com o título "Lélis considera o Prove inviável." Para que se estabeleça a verdade nos sentimos na obrigação de trazer ao leitor informações para que ele tenha noção do universo de impropriedades presentes naquela reportagem, criadas pela atual equipe da Secretaria de Agricultura do DF com o objetivo único de justificar a opção desse governo pelo grande produtor rural, previamente conhecido por nós.

O Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola (nacionalmente conhecido como Programa da Agroindústria Familiar), instituído pelo Governo

do Distrito Federal, na gestão do Prof. Cristovam Buarque, pela Lei Nº 1825/95, de 13/01/98, foi um dos primeiros a sofrer o peso da irresponsabilidade da atual equipe do Palácio do Buriti.

Pensando em atacar o governo anterior, na verdade estão prejudicando mais de uma centena de famílias diretamente envolvidas com o Prove. Ao alardear que tomou a decisão de "acabar com o Prove", o atual Secretário de Agricultura confundiu o programa e a marca, demonstrando para a sociedade brasileira a opção clara por um público distinto do pequeno produtor.

Não interessa a esse governo atuar em benefício do pequeno produtor historicamente excluído do crédito, da assistência técnica, mas sim usar o poder público para atender ao interesse do segmento dos grandes produtores rurais, quando muito dos médios. Aos produtores organizados na Asprove - Associação dos Produtores do Prove compete manter a marca no mercado. A eles pertence o Prove. Não se trata de "acabar" com o programa por razões aparentemente desconhecidas. Se o governo optar pela omissão, aos pequenos produtores caberá buscar apoio de outras fontes para a sua permanência no mercado, contando sempre com nosso apoio nessa tarefa.

Cabe registrar que os dados divulgados na matéria citada são inverídicos e tentam maquinar a realidade, de maneira a justificar a prévia opção pelo grande produtor rural. Não temos nada contra isso, apenas nossa opção é outra. Na verdade, ao computar global-

mente os salários dos funcionários da Emater, o secretário de Agricultura confundiu o leitor, deixando de esclarecer que o Prove faz parte de um conjunto de 33 programas e projetos desenvolvidos pelo governo Cristovam ao longo de seu mandato.

Podíamos nos deter em cada um dos despautérios cometidos pelo secretário e pelo presidente da Emater/DF, mas destacamos aqueles que revelam o completo desconhecimento do Prove: a) para considerar extremamente elevado o cus-

Não interessa a esse governo atuar em benefício do pequeno produtor historicamente excluído do crédito

to de implantação de cada agroindústria utilizou-se do artifício (para ser educado) da agregação de custos não diretamente vinculados ao Prove, mas sim à SADF como um todo, que implementou e executou 33 programas e projetos ao longo dos últimos quatro anos, beneficiando milhares de cidadãos; b) em relação ao custo de R\$ 720 por emprego gerado, cumpre destacar que o governo anterior não utilizou nenhum recurso financeiro novo para gerá-los. A capacidade instalada (servidores existentes) constituiu a despesa da SADF. Todo e qualquer custo do financiamento de cada agroindústria é de responsabilidade do produtor rural. Desconsidera o atual governo o papel social do Prove enquanto mecanismo de cidadania para o pequeno produtor excluído; c) a média de 3,75% empregos médios gerados por agroindústria foi considerada muito baixa. Em verdade a média foi de 6 empregos por agroindústria.

Desconsidera o secretário que há uma diferença entre emprego e ocupação de mão-de-obra familiar no campo, onde alcançamos o duplo objetivo de gerar capacitação técnica e ampliação da renda; d) as 120 agroindústrias implantadas constituem número inferior às 300 programadas. Destas, apenas 64 encontram-se em funcionamento, das quais 44 não têm registro. Desconhecem, entretanto, que o número real é de 48 agroindústrias legalizadas, visto que aquelas que não o são, comercializam sua produção utilizando-se de Nota



Fiscal do Produtor, não precisando de registro em razão da especificidade de seus produtos, que não sofrem processamentos, caso das agroindústrias que produzem ovos caipiras; e 42 agroindústrias estariam em construção e outras 12 fechadas ou arrendadas. Não destacaram que o programa está em processo, não tendo que se encerrar em 31.12.98 por motivos quaisquer, mesmo que eleitorais. As agroindústrias em construção são a prova da vitalidade do Prove. De outro lado, as agroindústrias consi-

Todo e qualquer custo do financiamento de cada agroindústria é de responsabilidade do produtor rural

deradas "fechadas" são aquelas que tem forte influência da sazonalidade ou então se encontram à espera de financiamento para a aquisição de equipamentos. Outras, em pequeno percentual, enfrentaram problemas de gerenciamento por parte de determinados produtores, e isso faz parte da dinâmica de qualquer projeto; f) o presidente da Emater/DF afirma que se constatou 90% de inadimplência entre os produtores.

O Relatório Técnico gerado pela própria Emater/DF, na atual gestão, destaca que apenas sete dos 120 produtores estão inadimplentes (5,8%). Não lembraram de dizer ao leitor que 87 produtores estão adimplentes, conforme o mesmo relatório (72,5%). Como então falar em 90% de inadimplência? Parte

Em dezembro de 1998 havia um real equilíbrio entre a receita e despesa para os produtores do Prove

restante dos produtores encontra-se em renegociação de seus débitos, procedimento que o próprio presidente da Emater e o Senhor Secretário da Agricultura utilizaram para renegociar suas dívidas com o FCO (Banco do Brasil), e nem por isso se auto intitulam inadimplentes; g) o Prove contou com "bolsistas inexperientes" na elaboração dos projetos. Acusar os bolsistas de inexperientes é acusar o CNPq de ineficiente e de não saber avaliar o potencial dos profissionais indicados como bolsistas.

Não há como concordar com essa argumentação, em boa medida prepotente por parte do presidente da Emater, que desconsidera a capacitação da equipe técnica do CNPq. Cabe explicitar que os projetos de cada agroindústria, em sua maio-

ria absoluta, foram elaborados pelos técnicos da própria Emater - registre-se aqui, de excelente nível de qualificação - e que já começam a manifestar o incômodo com a presença do novo presidente naquele órgão; h) não se considerou a necessidade de baratear o custo da ração no caso dos abatedouros de frango. Foi omitido pela atual equipe da secretaria a existência sim de uma fábrica de ração já comprada, cuja decisão de entrar em funcionamento depende de decisão política da própria equipe da SADF; i) não há necessidade de tantos abatedouros de frango.

Desconsidera a equipe atual a distância geográfica entre os abatedouros, fato

que inviabiliza economicamente a centralização, indicando como melhor alternativa

a descentralização; j) na etapa de comercialização dos produtos, os Postos de Vendas apresentam prejuízo de R\$ 6 mil em dezembro de 1998, com encalhe de R\$ 3 mil em produtos. Omitiram que os pontos de vendas não negociam apenas produtos do Prove, sendo ali comercializados outros produtos, o que revela que não houve discriminação da SADF em relação aos produtores não vinculados ao Programa. Esqueceram de mencionar que em dezembro de 1998 havia um real equilíbrio entre a receita e despesa para os produtores do Prove, visto que não havia, por exemplo, custo de aluguel dos quiosques de comercialização (cedidos gratuitamente). Ignora a atual equipe, em seus falsos cálculos, o custo do marketing da marca. Em dezembro de 1998 as agroindústrias vinculadas ao Prove estavam equacionadas quanto ao aspecto da comercialização; k) em seu material de campanha o então candidato - atual governador - menciona a manutenção do Prove como uma de suas bandeiras. A decisão da SADF parece desejar que o eleitor passe a acreditar que "não se pode escrever o que se falou" na campanha.

Portanto, que o desejo do secretário de permanecer e alcançar notoriedade se dê pelo que se faz e não pelo que se desfaz. Ao invés de críticas infundadas e de atitudes estritamente políticas, o Secretário de Agricultura deveria apresentar à sociedade brasileira qual é a Política Agrícola do atual governo para o Distrito Federal.

*Ex-Secretário da Agricultura do Distrito Federal (1994 - 1998)